



APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DE JOVENS APRENDIZES: UM ESTUDO DE CASO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Resumo

A aprendizagem profissional desempenha um papel imprescindível na formação de jovens, configurando-se como um elo essencial entre a formação teórica e a prática laboral. O programa de aprendizagem é fundamentado na Lei Federal nº 10.097/2000, que regulamenta a aprendizagem profissional no Brasil e estabelece diretrizes, impondo às empresas de médio e grande porte a obrigatoriedade de destinar entre 5% e 15% de suas vagas aos jovens com idade entre 14 e 24 anos participante do programa. Este estudo objetiva identificar a influência da aprendizagem profissional na socialização e identidade profissional de jovens aprendizes. Para tanto, foi adotada a pesquisa exploratória e descritiva, incluiu a aplicação de questionários a 142 jovens aprendizes do curso de serviços administrativos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RR), com aplicação do TCLE. Os resultados do estudo indicam que a maioria dos aprendizes participantes são do sexo feminino e possuem ensino médio incompleto. A principal motivação para ingressar no programa foi a busca por experiência profissional. Ademais, grande parte dos jovens relatou interesse em seguir carreira na área do curso, evidenciando a importância da aprendizagem na definição de trajetórias profissionais. O programa Jovem Aprendiz também se reflete na socialização dos aprendizes, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à educação profissional como um meio de inclusão social e redução da vulnerabilidade juvenil. Essa política pública tem o papel de reduzir os índices de evasão escolar, desemprego juvenil e facilitar a transição da escola para as relações de trabalho, construindo identidades e relações sociais.

Palavras-chave: Jovem Aprendiz. Educação profissional. Aprendizagem. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A brasileira no mundo do trabalho tem sido objeto de diversos estudos na esfera governamental e da própria Organização Internacional do Trabalho OIT. Vive-se então, a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, controle social do tempo juvenil, constituição de mão-de-obra e as aspirações que os jovens como sonham como indivíduos de direitos (OIT, 2014).

Os jovens, entre 14 e 29 anos, representam 62,7% da população total, totalizando 70 milhões de pessoas em 2015, com leve predominância do sexo feminino. Cabe lembrar que esse benefício, também, implica em um desafio substancial para quem executa as políticas públicas, uma vez que um número maior de jovens ingressará no mercado de trabalho a curto e médio prazo (DIEESE, 2016).

Os jovens representam uma parcela expressiva da força de trabalho nacional: 31,8 milhões de jovens (18 milhões de homens e 13,8 milhões de mulheres) são economicamente ativos, o que corresponde a quase um terço da população economicamente ativa, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (IPEA, 2020). Entre eles, cerca de 90% têm mais de 18 anos, com maior concentração acima de 24 anos (40%), principalmente no caso de trabalhadores jovens. Nas áreas urbanas, concentram a maior parte dessa nação de jovens trabalhadores, com 86% da população economicamente ativa (15 a 29 anos), com os 14% restantes em áreas rurais, embora não necessariamente em atividades primárias (RANGEL, 2014).

A educação profissional é a que prepara os jovens para o trabalho em um ofício específico, esse tipo de educação é por vezes referida como educação profissional ou educação técnica. Na economia, os empregos vocacionais



ainda são utilizados, porém, conforme a psicologia o teste mais usual é o teste de profissão e estão se tornando cada vez mais importantes. É por isso que os programas de educação profissional são populares. O treinamento de educação profissional oferece educação profissional e técnica aos alunos interessados. No vasto e diversificado universo da educação profissional no Brasil (IPEA, 2014).

O Programa de Aprendizagem Profissional é uma estratégia implementada pela Lei Federal n.º 10.097/2000, e efetivada pela obrigatoriedade de contratação e ao cumprimento da cota de aprendizes, oportunizando jovens entre 14 a 24 anos a qualificação profissional por meio da formação teórica e prática, além de propiciar a inclusão socioeconômica e a garantia de permanência e desempenho escolar suficiente. No Brasil (2023) é de idade máxima de 24 anos, com exceção do aprendiz com deficiência (em que não há idade máxima), com mais a exceção, prevista pelo programa que poderá ser contratado como aprendiz a pessoa de até 29 anos, desde que inscrita em programa de aprendizagem profissional que envolva o desempenho de atividades vedadas aos menores de 21 anos de idade.

O Sistema de Aprendizagem Profissional no Brasil cresceu 12,29% no ano de 2024, subindo de 81.580 de janeiro a outubro em 2023 para 91.621 contratações em relação ao mesmo período de 2024, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2023).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de contratação de jovens aprendizes no Brasil chegou há 602.671 em março de 2024, recorde histórico de contratações no País, e em outubro alcançando o número de 647.469 jovens inseridos no mercado de trabalho por meio da aprendizagem profissional, o maior registro desde a implementação da Lei nº 10.097/2000.

A região norte apresenta o montante de 35.966 aprendizes com vínculo ativo, e o estado de Roraima 1.324, conforme divulgado no boletim da aprendizagem (CAGED, 2024).

Nessa perspectiva e pensando em avançar a compreensão da aprendizagem profissional (Lei 10.097/2000) em sua relação com o processo de socialização, construção da identidade e escolhas profissionais esse trabalho tem a seguinte questão de pesquisa: Qual a influência da aprendizagem profissional na socialização e identidade profissional de jovens aprendizes?

Para isso, esse trabalho teve como objetivo identificar a influência da aprendizagem profissional na socialização e identidade profissional de jovens aprendizes de uma instituição de formação profissional no município de Boa Vista-Roraima. O trabalho está estruturado nas seguintes seções em: introdução, segunda seção é apresentado o referencial, depois a metodologia, na quarta parte é feita a análise dos resultados e por fim as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados o referencial sobre a educação profissional no Brasil e a formação do jovem aprendiz.

2.1 Educação profissional no Brasil e formação do jovem aprendiz



A educação profissional é essencial para promover o desenvolvimento econômico, expandir o índice de emprego e melhorar a sua qualidade. A educação profissional se refere aos aspectos do processo de educação envolvendo o estudo de tecnologias e ciências afins e aquisição de conhecimentos práticos, habilidades, atitudes, compreensão e conhecimento relacionados aos ocupantes em vários setores da vida econômica e social (PACHECO; MORIGUI, 2012).

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2024), do Ministério do Trabalho e Emprego, referente aos jovens aprendizes com veículo ativo no período de janeiro a setembro de 2024, foi contabilizado no país 639.948 aprendizes, o sexo feminino representa a maior parcela, com 52,59%, em números 336.556 jovens, e o sexo masculino representa 47,41% com 303.391 aprendizes.

A formação profissional não apenas permite o acesso ao mercado de trabalho, mas também a especialização na área profissional em que a pessoa atua e até a redireciona para outro setor. A formação profissional permite que a pessoa escolha, entenda e se adapte a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e global. A formação profissional é essencial para tornar uma pessoa um profissional melhor. Graças a isso, ele terá as ferramentas e habilidades necessárias para operar em um ambiente em constante mudança. Uma formação profissional variada e de qualidade está entre as propostas atuais mais valorizadas pelas empresas (WITTACZIK, 2008).

Um dos maiores desafios dos jovens é encontrar o primeiro emprego. Que competências os jovens precisam desenvolver para entrar no mercado de trabalho? Quais são os caminhos que precisam ser percorridos para conseguir um emprego com carteira assinada? Um dos objetivos públicos da Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 e dos Decretos nºs 8.622/46 e 9.579/18, é auxiliar esse segmento da população a conseguir emprego formal por meio de vagas de aprendizagem, em condições especiais. Segundo o manual de estudo elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2017), tais atividades são implementadas por meio de contratos de aprendizado baseados em programas desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades habilitadas. Logo, foi estabelecido que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e no máximo de 15% do quadro de funcionários.

Por conseguinte, a lei que regulamenta o programa determina que o contrato de aprendizagem deve ter duração máxima de dois anos. Após esse período, os jovens podem ser efetivados pelas empresas ou encerrar o vínculo contratual.

A aprendizagem cria oportunidades tanto para as empresas quanto para os aprendizes. Ela oferece aos iniciantes a possibilidade de realizar atividades profissionais e desenvolver habilidades para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Da mesma forma, proporciona às empresas a oportunidade de formar uma mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um mercado cada vez mais competitivo



(LINS e CAMPELO, 2020).

A fim de priorizar da inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, em 2023 a lei da aprendizagem foi aprimorada por meio da Portaria MTE nº 3.872/2023.

Um breve histórico do direito sobre a relação entre a juventude e o mercado de trabalho. Considere que o emprego de menores não era proibido quando a Lei de Integração Trabalhista nº 5.452 (CLT) foi promulgada em 1943. A redação do Decreto nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, proibiu o trabalho de menores de 12 anos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) alterou novamente essa faixa etária em 2000 por meio da Lei 10.097, que combinou sua redação com a Constituição Federal de 1988 da Emenda Constitucional de 1998 nº 20, que manteve a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos, mas promoveu mudanças significativas na idade mínima de trabalho e crianças menores entre 14 e 16 anos. Até então, a Constituição de 1988 também proibia o trabalho de menores de 14 anos. No entanto, a exceção é se esse trabalho for feito em um estado de treinamento. A mesma redação ainda está contida no estatuto da criança e do adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção à criança e ao adolescente, aprovado pela Lei 8.069 de 1990.

O Decreto Lei nº 5.452, de 1943, Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, Capítulo IV – Somente a partir de alterações promovidas pela proteção ao menor trabalhador, o Art. 402, Política pública do aprendiz contido nos arts. 429, 430, 431, 432 e 433. A partir desta alteração, a lei passa a ter nova redação. Isso servirá de parâmetro para outras mudanças propostas nos próximos anos. Como já mencionado, os programas de formação fazem parte de uma política pública de integração no mercado de trabalho dos jovens, responsáveis pela qualificação através de instituições de formação profissional e empresas contratantes.

Bley e Josviak (2009) acredita na viabilidade da aprendizagem profissional como forma de oportunizar aos jovens do Brasil na sua formação técnico-profissional, inserção no mundo do trabalho e todos os benefícios sociais decorrentes do processo.

A portaria nº 3.872, de 21 de dezembro de 2023 do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego (MTE) no seu art. 6º consideram-se entidades formadoras:

I - Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai;
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar;
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat; e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP;

II - Escolas técnicas de educação;

III - entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação



profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; e

IV - Entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. As escolas técnicas de educação, previstas no Capítulo III da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para fins do disposto nesta Portaria, compreendem:

I - As instituições de educação profissional públicas dos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e distrital; e

II - As instituições privadas que legalmente ofertem educação profissional de nível técnico, nos termos do disposto na Seção IV-A do Capítulo II do Título V da Lei nº 9.394, de 1996.

No que concerne a habilitação das instituições, a elaboração e ao cadastramento de cursos de aprendizagem profissional, o Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional (CONAP) em consonância com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) apresenta em sua redação os cursos e suas especificidades, tendo como principal objetivo orientar as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica.

A Lei da Aprendizagem Profissional se efetivou para que jovens tenham a primeira oportunidade no mundo de trabalho formal. Para tanto, é importante a empresa que aceita o desafio de orientar o adolescente aprendiz tenha o conhecimento do objetivo do Programa, ou seja, não somente implantar a contratação, mas também contribuir para a formação pessoal e profissional deste adolescente (SCOLARO, 2013).

Pela inexperiência profissional, a empregabilidade dos jovens é um desafio no mercado de trabalho brasileiro, conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de desocupação, no Brasil, no 3º trimestre de 2024, atingiu o patamar de 6,4%. As análises apontaram que a taxa de desocupação dos jovens com faixa etária entre 14 a 17 anos representa 25,1%, enquanto os de 18 a 24 anos foi estimada em 13,4%. Na região norte, a taxa de desocupação entre os jovens com faixa etária entre 14 a 17 anos e os com idade entre 18 a 24 anos, que são as faixas etárias que abrangem o perfil definida para participação no programa de aprendizagem, representam respectivamente 14,5% e 12,8%.

Destarte, o Programa de Aprendizagem Profissional tem contribuído na capacitação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, propiciando possibilidades de inclusão social e cooperando na construção da identidade profissional.

A identidade profissional é um norteador para tomada de decisões que estejam alinhadas com o perfil profissional e objetivos de carreira. Contudo, o programa proporciona a ascensão social, permitindo experiências e interações sociais por meio do trabalho, expandindo as possibilidades de desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional. Nesse sentido, Kant (1999, p. 15), afirma que o homem é “aquilo que a educação faz dele” .



Um fator pode motivar o comportamento de uma pessoa e pode não ter potência suficiente para determinar seu comportamento no dia seguinte. Por outro lado, “o comportamento das pessoas é simultaneamente influenciado por um grande número de necessidades, que apresentam valências e quantidades diferentes” (CHIAVENATO, 2009, p. 68)

O acesso à educação de boa qualidade, à informação e ao aprendizado profissionalizante é essencial para que o adolescente possa inserir-se em melhores condições no mercado de trabalho, zelando por sua dignidade no exercício da profissão e preparando-o para a vida adulta, dando-lhe melhores perspectivas profissionais (PIOVESAN, 2023).

No próximo tópico será apresentada a metodologia utilizada para coleta e análise dos dados.

3 METODOLOGIA

Nessa seção serão apresentados os procedimentos metodológicos desse trabalho.

A pesquisa é considerada exploratória, conforme Marconi & Lakatos (2021), proporcionando uma compreensão mais aprofundada do problema e favorecendo a formulação de hipóteses. Isso ocorre por meio da revisão bibliográfica, entrevistas com especialistas no assunto e análise de exemplos.

Ressalta-se, que esse trabalho se baseia-se no questionário de pesquisa validado da tese de pós-graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, “Tudo por uma experiência”: a socialização, construção da identidade e trajetória de jovens diante da experiência de aprendizagem profissional de Filho (2019). O instrumento de pesquisa foi adaptado e possui 11 perguntas com alternativas com cinco opções de resposta que variam entre discordo totalmente, discordo parcialmente, não discordo nem concordo, concordo parcialmente e concordo totalmente, conforme Likert. Foi realizado um pré-teste, antes da aplicação do instrumento.

A população-alvo desse trabalho são os jovens aprendizes de 14 a 24 anos. Frisa-se que os menores de 18 anos, teve a autorização do responsável legal para a participação na pesquisa. De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Departamento Regional de Roraima, SENAC/RR, localizada no município de Boa Vista, estado de Roraima, localizado na Amazônia setentrional. Na instituição há 651 jovens nessa faixa etária, distribuídos nos cursos de serviços administrativos, serviços de venda, serviços de supermercado e serviços de asseio e conservação. A pesquisa foi realizada com os aprendizes do curso de serviços administrativos, no qual apresenta o maior número de cursistas, totalizando 260 alunos matriculados na instituição formadora SENAC/RR, motivo pelo qual foi escolhido para a pesquisa.

O questionário foi aplicado no período de 6 a 14 de junho de 2024 a 142 jovens aprendizes do curso de serviços administrativos, o curso com maior número de alunos matriculados na unidade do SENAC Centro



de Educação Profissional Ministro Bernardo Cabral, localizado no bairro Asa Branca em Boa Vista/RR. E por se tratar de um curso com um índice alto de vínculos ativos, o maior em matrículas, foi selecionado para a realização da pesquisa. O curso de serviços administrativo possui uma carga horária de 960 horas, dividida em 400h de teoria e 560h de prática profissional. Salienta-se, que foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C) aos aprendizes que se dispuseram a participar da pesquisa. Ademais, os jovens menores de 18 anos tiveram os termos assinados/autorizados pelos seus responsáveis legais.

Para a transcrição, tabulação e exploração do/s dados, utilizou-se o programa Excel para tabulação e confecção dos gráficos estatísticos, bem como o programa Word para elaboração de um quadro para exibição das principais justificativas quanto a satisfação com o curso de aprendizagem. A análise consistiu na análise das repostas tabuladas do instrumento de pesquisa relacionando com a discussão.

Segundo Miranda (2020), o questionário é a ferramenta mais comum para essa tarefa. Com ela é possível buscar a informação primária direto com o sujeito pesquisado, e garantindo a confidencialidade das respostas dos participantes, conforme Santos e Filho (2012).

Fez-se a utilização da técnica de instrumentos estatísticos qualitativa e quantitativa na elaboração e análise dos dados. Segundo Gil (2006), as pesquisas quantitativas consideram que tudo possa ser contável, ou seja, que seja gerado informações a partir de números para assim classificá-los e analisá-los, já as qualitativas consistem em coletas de dados por meio de observação, relato, entrevista e outros, por meio de uma dinâmica entre o mundo e o sujeito, não traduzida por números.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção são apresentados os resultados da análise do questionário, o qual foi aplicado durante o horário das aulas teóricas, no mês de junho de 2024 aos aprendizes do curso de serviços administrativos da instituição formadora, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Departamento Regional de Roraima - SENAC/RR, a principal instituição de educação profissional voltada para o setor do comércio de bens, serviços e turismo, no Brasil. A instituição possui 260 aprendizes matriculados no referido curso, deste universo, foram entrevistados 142 jovens, com faixa etária de 14 a 24 anos.

Deste modo, primeiramente, determinou-se o tamanho da população da amostra de 260 alunos matriculados no curso de serviços administrativos, com erro amostral de 5%, e nível de confiança de 90%, com uma distribuição mais heterogênea da população, totalizando então, um resultado de 133 alunos, no entanto, tivemos 142 respondentes validados.

Quanto ao perfil dos entrevistados, dentre os 142 aprendizes entrevistados, 56 % dos jovens são do sexo feminino, enquanto, 44% são do sexo masculino. Quanto ao nível de escolaridade, a pesquisa demonstrou



que 67% dos jovens estão regularmente matriculados e cursando o ensino médio, enquanto 18% já concluíram o ensino médio, 8% são universitários, 4% ainda cursam o nível fundamental e 3% possuem o ensino fundamental completo.

Dentre as motivações para participação no curso de aprendizagem, a que mais se destaca é a busca pela experiência profissional, com 59%, seguida pela motivação financeira, que representa 24%, enquanto a oportunidade de efetivação na empresa, representa 9% e o incentivo familiar apenas 8%.

Os resultados levam a concordar com Piovesan (2023), que acredita que o acesso à educação de boa qualidade, à informação e ao aprendizado profissionalizante é essencial para que o adolescente possa inserir-se em melhores condições no mercado de trabalho, zelando por sua dignidade no exercício da profissão e preparando-o para a vida adulta, dando-lhe melhores perspectivas profissionais. Ademais, um estudo realizado por Mandelli (2011), revelou que os jovens que participam do programa de aprendizagem têm a visão de que os estudos é o caminho para mudança de vida.

Tratando-se da pretensão em seguir carreira profissional na mesma área do curso de aprendizagem na qual estão matriculados, 34% dos respondentes concordam parcialmente, 29% não discordam nem concordam, enquanto 26% concordam totalmente, 6% discordam totalmente e 5% discordam parcialmente. Portanto, dos 142 aprendizes entrevistados, 60% manifestaram o interesse em seguir carreira na área.

Quando questionados quanto a influência do programa de aprendizagem nos planos profissionais, dentre os jovens que participaram da pesquisa, 46% concordam totalmente que a passagem pelo programa de aprendizagem influenciou os planos profissionais futuros, 32% concordam parcialmente, 15% foram neutros em suas respostas, não discordando e nem concordando com a influência, quando 4% discordam parcialmente e 3% discordam totalmente.

Percebeu-se que há um número significativo de jovens que apontaram que suas escolhas profissionais foram influenciadas pelas experiências vivenciadas no decorrer do curso do programa de aprendizagem. A esse aspecto, Bourdieu (2013) define o espaço social como um campo de lutas entre indivíduos e grupos, os quais se utilizam de estratégias para manter ou melhorar sua posição social.

Em relação ao desenvolvimento das habilidades, 61% concordam totalmente que o curso de aprendizagem ajudou no desenvolvimento de habilidades de comunicação e trabalho em equipe, onde 25% concordam parcialmente, quando 11% não discordam nem concordam, 2% discordam totalmente, enquanto 1% discorda parcialmente.

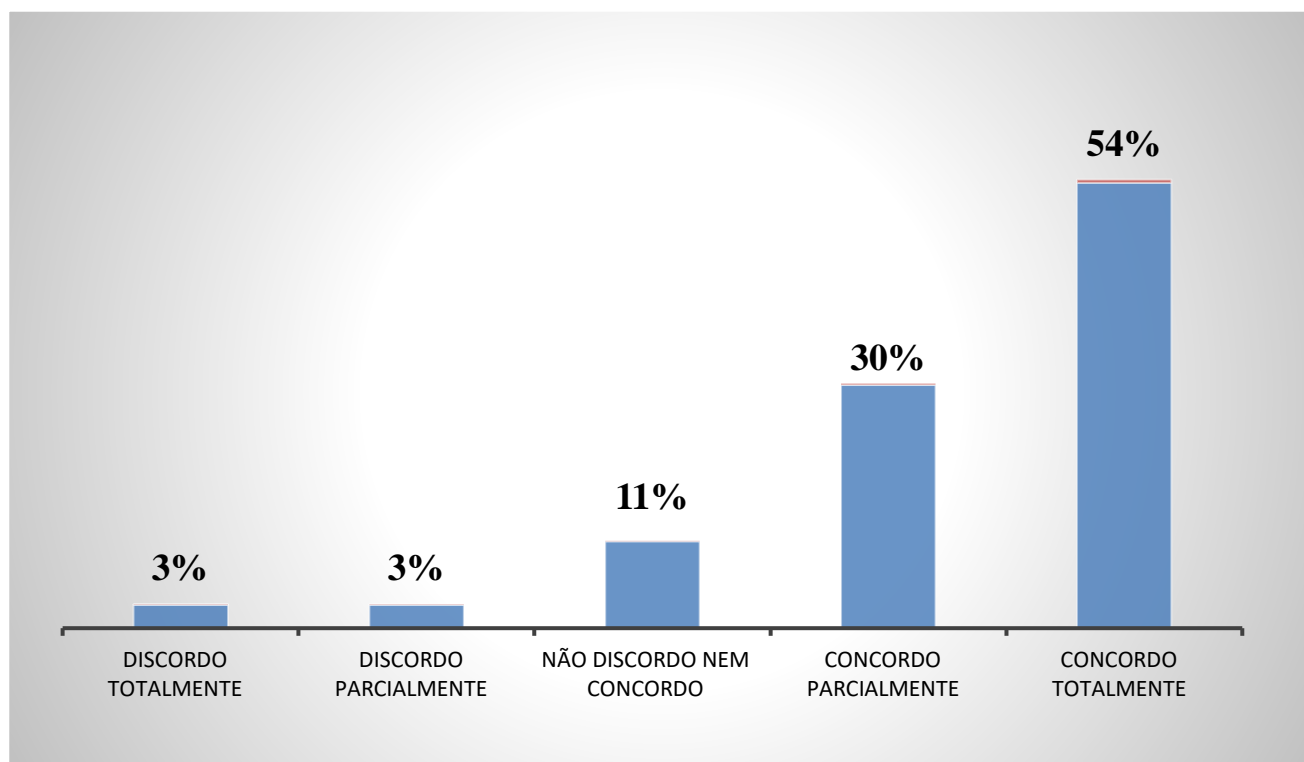
Observou-se que 48% dos aprendizes concordam totalmente que as orientações recebidas ao longo do curso de aprendizagem facilitaram a integração à cultura organizacional da empresa, enquanto 32% concordam parcialmente, 14% não discordam, nem concordam, 4% discordam totalmente e os que discordam parcialmente representa 2%.



Logo, entende-se que as orientações auxiliam na integração entre as normas e condutas adotadas pela empresa e os aprendizes vinculados. A esse respeito, Dubar (2005) define a socialização como o reconhecimento de uma relação, ou seja, assumir a atitude do grupo sem que a pessoa perceba.

Na figura 1 a seguir sobre a construção de relacionamentos, observa-se que 54% dos jovens concordam totalmente que as atividades sociais do programa de aprendizagem contribuíram para a interação e construção de relacionamentos com outros profissionais da empresa na qual eles exercem a prática profissional do curso de aprendizagem, no mesmo sentido, 30% concordam parcialmente com essa afirmativa, sendo que 10% não discordam nem concordam, enquanto 3% discordaram parcialmente e os outros 3% discordam totalmente.

Figura 1 - Construção de relacionamentos



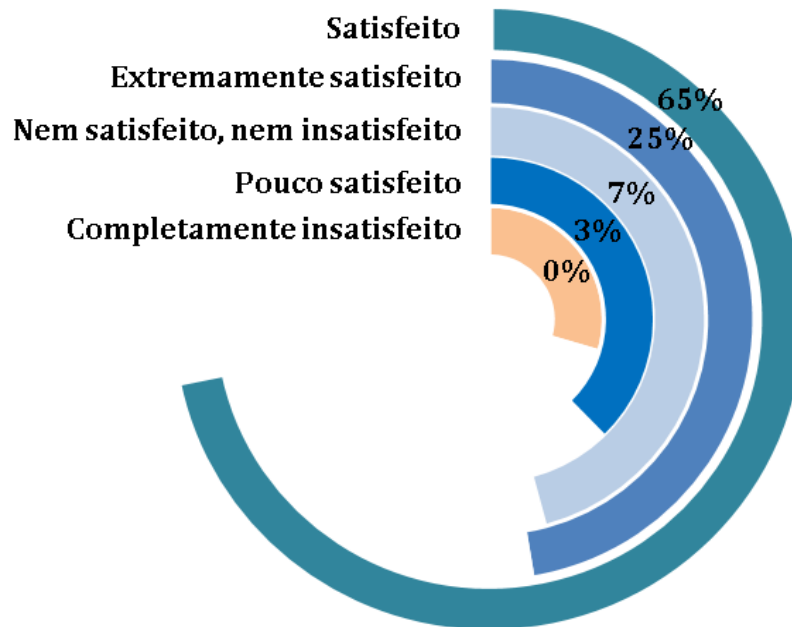
Fonte: Pesquisa (2024)

Como representado, pontua-se que os aprendizes em sua maioria, mencionaram que as atividades sociais desenvolvidas ao longo do curso colaboraram no processo de interação e construção de relacionamentos. A esse respeito, Sainsaulieu (1977), afirma que a identidade é a própria finalidade da socialização.

Quanto ao nível de satisfação com o curso de aprendizagem, a figura 2 demonstra que, 65% dos aprendizes declararam que estão satisfeitos com o curso, enquanto 25% alegaram estar extremamente satisfeitos, 7% disseram não estar nem satisfeito, nem insatisfeito, 3% estão pouco satisfeitos, enquanto nenhum dos aprendizes mencionaram estar completamente insatisfeito, sendo de 0% o nível de insatisfação com o curso.



Figura 2 - Nível de satisfação com o curso de aprendizagem profissional



Fonte: pesquisa (2024).

Deste modo, compreende-se que há um nível elevado de satisfação quanto ao curso de aprendizagem, representando 90%.

Por sua vez, para compreender o nível de satisfação, apresento os seguintes relatos de justificativa pelos respondentes exibidos no Quadro 1.

Quadro 1 - Justificativa quanto ao nível de satisfação com o curso de aprendizagem

Justificativas apresentadas na pergunta 11 do questionário de pesquisa
O curso em questão ajuda em várias habilidades que são necessárias no mercado de trabalho
O curso ensina bastante
O curso de aprendizagem é muito bom para experiência profissional
Me fez enxergar melhor o mundo profissional
Me ajudou no desenvolvimento profissional
Para ajudar na minha experiência profissional
Uma excelente experiência
O curso nos proporciona experiências importantes que provavelmente aplicaremos no mercado de trabalho
O curso contribui profissional e pessoalmente
Totalmente satisfeito, pois aprendi muito com o curso e estou tendo uma ótima oportunidade para um trabalho futuro
Porque é uma área que gostei de participar

Fonte: pesquisa (2024).



No quadro 1, observa-se que uma relação das principais justificativas mencionadas pelos aprendizes quanto ao seu nível de satisfação com o curso de aprendizagem no qual estão vinculados, mostrando a importância do curso, em relação a formação da identidade e socialização dos jovens aprendizes.

Os resultados da pesquisa demonstram que o curso de aprendizagem em serviços administrativos do SENAC/RR tem um resultado significativo na formação profissional dos jovens.

Os dados apontam que a principal motivação para a participação no programa é a busca por experiência profissional, que enfatiza a importância da educação profissionalizante na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, os resultados demonstram que os participantes desses programas veem a educação como um meio para transformação de vida. Ademais, os dados ratificam as ideias defendidas por Bourdieu (2013) e Dubar (2005) ao tratar da socialização e das estratégias para ascensão social através do aprendizado. A pesquisa revelou a eficácia do programa, influenciando os planos profissionais de 78% dos participantes. Do mesmo modo, 60% manifestaram interesse em seguir carreira na área do curso. Ao ponto que, foi evidenciado um alto nível de satisfação, com um índice 90% dos aprendizes satisfeitos com o curso.

Em síntese, conclui-se que o programa de aprendizagem tem cumprido seu propósito ao proporcionar qualificação profissional e oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho, além de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens participantes.

Na próxima seção serão apresentadas as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu em identificar a influência da aprendizagem profissional na socialização e identidade profissional de jovens aprendizes do curso de serviços administrativos da instituição formadora, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Departamento Regional de Roraima - SENAC/RR. Para o alcance desse propósito, foram abordados o perfil sociodemográfico e socioeconômico dos jovens aprendizes, o averiguar a influência da aprendizagem profissional na socialização desses jovens, e avaliar na percepção dos jovens aprendizes a influência do programa de aprendizagem na identidade profissional.

Com os resultados evidencia-se que, assim como apresentado pelo CAGED (2024), a respeito do cenário da aprendizagem no Brasil, a população amostral utilizada para a pesquisa também é constituído em sua maioria por pessoas do sexo feminino.

Dentre o grupo de aprendizes pesquisado, revela-se que uma parte significativa ainda são cursistas, estão matriculados no ensino médio e são provenientes de escolas públicas. Semelhante ao cenário brasileiro, como divulgado pelo CAGED (2024), a maior parcela de aprendizes com vínculo ativo possui como grau de instrução o ensino médio incompleto.



Aponta-se que a principal motivação na participação do programa de aprendizagem é a busca pela experiência profissional, considerando que a formação adquirida por meio dos cursos ofertados no programa, preparam os jovens para o mercado laboral, aprimora suas aptidões e amplia as oportunidades de empregabilidade.

Dentre os principais resultados apurados constata-se que a passagem pelo curso de serviços administrativos, estimula a motivação e a pretensão em trilhar profissionalmente na área do curso de aprendizagem, corroborando com os estudos de Bourdieu (2013).

A investigação também permitiu constatar que a experiência adquirida ao longo do curso não apenas propicia conhecimentos específicos da área profissional, mas também contribui no desenvolvimento de competências comportamentais exigidas pelo mercado de trabalho contemporâneo, como, as habilidades interpessoais de comunicação, trabalho em equipe, integração à cultura organizacional, bem como, na construção de relacionamentos na área profissional. Tais achados validam-se a influência do programa de aprendizagem profissional na socialização dos jovens aprendizes, na formação de identidades e na construção de carreiras profissionais.

Com os resultados obtidos verifica-se um elevado o nível de satisfação por parte dos aprendizes em relação ao curso de aprendizagem, com um percentual elevado de entrevistados reconhecendo a importância da experiência proporcionada pelo programa para o desenvolvimento de sua identidade profissional.

Observou-se que programa de aprendizagem influencia a matrícula e manutenção dos jovens nas escolas, bem como, contribui socialmente, para cooperar na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se que sejam feitos levantamentos com uma amostra mais heterogênea, composta por aprendizes de diversos cursos e instituições formadoras.

Por fim, este estudo reforça a importância de políticas públicas voltadas para manutenção e ampliação de programas que visam a educação profissional como ferramenta de formação de jovens, oportunizando a empregabilidade juvenil, inclusão social, garantindo a redução das disparidades sociais e fomentando a economia do país.



6 REFERÊNCIAS

BARROS, R. A história da LDB. **Revista Educação**, edição 235, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais**. *Novos estudos*, n. 96, jul. 2013.

BLEY, R.; JOSVIK, M. **Programa de aprendizagem para o adolescente em conflito com a lei: políticas públicas e inclusão social**. In: ARAÚJO, A. R.; FONTENELLE MOURÃO, T. *Trabalho de mulher: mitos, riscos e transformações*. São Paulo: LTr, 2007.

BLEY, R. B.; JOSVIK, M. (Org.). **Ser Aprendiz!** Aprendizagem profissional e políticas públicas: aspectos jurídicos, teóricos e práticos. São Paulo, LTr, 2009.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio– Saiba Mais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2018-pdf/89191-2-eptecnica-de-nivel-medio-saiba-mais-final-jun18-1/file>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

_____. Secretaria de Trabalho. Subsecretaria de Capital Humano. Coordenação - Geral de Dados, Estratégia e Projetos para Desenvolvimento do Capital Humano. **Boletim da Aprendizagem - 2022**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_iOWHBl_AjAJ:https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/arquivos-aprendizagem-profissional/boletim-2022.xlsx&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 25 de maio de 2022.

_____. **Projeto de lei n. 4.173/1998. Institui o Plano Nacional de Educação**. Brasília, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa**. 7.ed. São Paulo: Manole, 2009. DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUBAR, C. *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. **Formes identitaires et socialisation professionnelle**. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v.33, n. 33-4; p. 505-529, 1992. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_00352969_1992_num_33_4_5622. Acesso em: 17 jun. 2015

DUBAR, C. *A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional*. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 42, no. 146, 2012, pp. 351-367

KANT, Immanuel, (1724-1804). *Sobre a pedagogia*. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2ª Ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desafios à trajetória profissional dos**



jovens brasileiros. Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho (org.). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil pós-Covid-19: contribuições do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipea**: Brasília, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/34yq6RS>>. Acesso em: 14 out. 2020

LINS, Fabiana Jéssica Prado; CAMPELO, Arandi Maciel. **Recrutamento e Seleção de jovem aprendiz: A Lei da Aprendizagem como auxílio na inserção dos jovens no mercado de trabalho.** Revistavox Metropolitana, 2020. Disponível em: http://revistavox.metropolitana.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/09_OK.pdf.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **As tendências globais do emprego para jovens 2013: uma geração de risco.** Organização Internacional do Trabalho, 2014.

MANDELLI, M.T. **Correndo atrás do seu projeto de vida: um estudo com participantes do Programa Jovem Aprendiz.** Santa Catarina, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria . **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MTE-MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Manual de Aprendizagem Profissional. **MTE**: Brasília, 2017

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria MTE nº 3.872, de 21 de Dezembro de 2023.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mte-n-3.872-de-21-de-dezembro-de-2023-532733497/>>. Acesso em: 7 jan. de 2025.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Aprendizagem Profissional**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional>. Acesso em: 20 ago. 2024

PACHECO, E.; MORIGUI, V. (org.). **Ensino Técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos.** 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Novo CAGED: Emprego formal teve crescimento de 16,5% em 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/janeiro/novo-caged-emprego-formal-teve-crescimento-de-16-5-em-2024>. Acesso em: 04 de março de 2025

RANGEL, L. A. Cobertura previdenciária de jovens no período de 2003 a 2012: uma investigação de possíveis efeitos de políticas de incentivo à inclusão previdenciária. IPEA, 20

SAINSANLIEU, Renaud. **Identité au travail : les effets culturels de l'organisation.** Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1977.

SCOLARO, Fernanda Robinson. **A receptividade do adolescente aprendiz na aprendizagem prática: como o monitor desenvolve sua função.** Universidade Tuiuti do Paraná, 2013. Disponível em: <<http://tconline.utp.br/wpcontent/uploads/2013/02/A-RECEPTIVIDADE-DO-ADOLESCENTE-APRENDIZ-NAAPREDIZAGEM-PRATICA-COMO-MONITOR.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.



SILVA FILHO, Ivon Rodrigues. **“TUDO POR UMA EXPERIÊNCIA”**: a socialização, construção da identidade e trajetória de jovens diante da experiência de aprendizagem profissional. 2019. 386 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

WITTACZIK, L. S. Educação Profissional no Brasil: histórico. **E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**, Florianópolis, vol. 1, no. 1, 2008, pp. 77-86.

YIN,. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.